

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.555 - AL (2014/0316015-6)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : JURISCRED - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES E MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DE ÓRGÃOS JURÍDICOS EM ALAGOAS
ADVOGADOS : CARLOS HENRIQUE LUZ FERRAZ - AL006108
MARIO JORGE TENORIO FORTES JUNIOR - AL007157
DAVID ARAÚJO PADILHA E OUTRO(S) - AL009005
DEIVIS CALHEIROS PINHEIRO - AL009577

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado pela **Fazenda Nacional**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 264):

TRIBUTÁRIO. SOCIEDADES COOPERATIVAS. IOF - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS. NÃO INCIDÊNCIA. ATOS COOPERATIVOS TÍPICOS.

- *Agravo retido não conhecido, tendo em vista que não fora reiterado nas razões recursais, como observa o art. 523, § 1º do CPC.*

- *Os atos cooperativos típicos, definidos no art. 79 da Lei nº 5.764/71 são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados para a consecução dos objetos sociais. Logo, as cooperativas de crédito na consecução do seu objetivo, que é o de prestação de serviços financeiros aos seus associados, não estão sujeitas ao recolhimento do IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários, tendo em vista que as suas atividades não podem ser caracterizadas como operações de mercado.*

- *Apelação e remessa desprovidas.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 274/277).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 535, II, do CPC/73; 63, I, 64, I, e 66 da Lei 5.143/66; 176 e 111, I, do CTN; 4º do DL 1.783/80; 3º, I e III, da Lei

8.894/94; e 8º, § 5º, do Decreto 6.306/2007. Sustenta, em resumo, que: (I) a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* remanesceu omissos acerca das questões neles suscitadas; (II) "*Não existe, portanto, nenhuma dúvida no tocante a sujeição passiva das cooperativas de crédito em relação ao IOF, não há que se falar em ato cooperativo típico do art. 79 da Lei 5.764/71 que o exclua da incidência deste imposto, pois este dispositivo legal não prevê nenhuma isenção de tributo, e como se sabe a isenção deve ser prevista em lei e interpretada literalmente, sob pena de ofensa ao disposto nos arts. 176, caput, e 111, I, ambos do CTN*" (fl. 292).

Contrarrazões apresentadas às fls. 310/328, postulando o desprovimento do especial.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A pretensão recursal merece acolhida pelo art. 535 do CPC/73.

Nos termos da jurisprudência tranqüila do STJ, "*O inciso II do art. 475 do CPC é cristalino ao estabelecer que está sujeita ao reexame necessário a sentença de procedência, no todo ou em parte, dos embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública*" (AgRg no AREsp 766.072/PR, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 17/12/2015, DJe 5/2/2016).

Por outro lado, também é assente o entendimento de que "*O amplo efeito devolutivo da remessa necessária conjuga o princípio **tantum devolutum quantum appellatum** uma vez que não limita o conhecimento do Tribunal *a quo* à matéria efetivamente impugnada no recurso de apelação pelo ente público*" (EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1108636/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 23/11/2010, DJe 1º/12/2010).

No caso, a parte recorrente, nas razões dos embargos de declaração, suscitou pronunciamento da Corte Estadual sobre o fato de que "*nenhuma dúvida no tocante à sujeição passiva das cooperativas de crédito em relação ao IOF, não há que se falar em ato cooperativo típico do art. 79 da Lei 5.767/71 que o exclua da incidência deste imposto, pois este dispositivo legal não prevê nenhuma isenção de tributo, e como se sabe a isenção deve ser prevista em lei e interpretada literalmente*" (fl. 272).

Superior Tribunal de Justiça

O Tribunal *a quo*, todavia, rejeitou os embargos de declaração, ao fundamento de que "*o julgador não está adstrito aos argumentos levantados pelas partes*" (fl. 275). Ao assim proceder, incorreu em franca violação ao art. 535 do CPC/73, porquanto não prestada a jurisdição de forma integral.

ANTE O EXPOSTO, dou provimento ao recurso especial por violação do art. 535 do CPC/73, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento dos aludidos embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

